

MUNICÍPIO DE VOUZELA



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2008

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	6
2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	6
2.1.1 ORÇAMENTO DA RECEITA	7
2.1.2 ORÇAMENTO DA DESPESA	10
2.2 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS.....	13
3. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	17
4. INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL.....	23
4.1 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA - RECEITA	23
4.2 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA - RECEITA	24
5. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	25
5.1 DÍVIDA DE CURTO E DE MÉDIO E LONGO PRAZO	25
5.2 ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	26
6. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	28
6.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	28
6.1.1 RESULTADOS OPERACIONAIS.....	28
6.1.2 RESULTADOS FINANCEIROS	29
6.1.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	29
6.2 BALANÇO.....	30
6.2.1 ACTIVO	30
6.2.2 PASSIVO	31
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	33
8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	34

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o que a Lei determina, damos satisfação à elaboração do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2008, documento que apresentamos à consideração da Câmara e da Assembleia Municipal, integrando um rigoroso conjunto de informações que permitem avaliar a situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objectivos inicialmente aprovados tendente à concretização de um crescimento sustentado do concelho.

A implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais veio introduzir preocupações inerentes a uma gestão económica, eficiente e eficaz das actividades desenvolvidas pelas Autarquias Locais, no âmbito das suas atribuições, o que exige um conhecimento integral e exacto da composição do património autárquico e do contributo deste para o desenvolvimento das populações locais. Volvidos seis anos após a implementação do POCAL, esta foi e continua a ser a maior dificuldade com que nos deparamos. Contudo foram dados passos firmes no sentido de se determinar com rigor a composição do património municipal.

O relatório de gestão que agora se apresenta é um documento de prestação de contas que, à semelhança dos restantes elementos previstos para as autarquias locais, deve ser remetido ao Tribunal de Contas, e pretende disponibilizar aos potenciais utilizadores e destinatários um conjunto de elementos de carácter monetário, funcional, operacional e até social.

Assim, subjacente ao objectivo da sua elaboração está o propósito de informar todos os interessados e os cidadãos em geral, dado que é um direito que lhes assiste, porquanto, tratando-se de serviços públicos, aqueles, devem apreciar as actividades desenvolvidas e avaliar a economia, eficiência e eficácia dos serviços prestados à comunidade, sempre numa perspectiva jurídica, política e social.

Dando cumprimento ao disposto no ponto n.º. 13 do POCAL o relatório de gestão estrutura-se em cinco partes fundamentais, contemplando os seguintes aspectos:

- 1) A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão da actividade autárquica, designadamente no que respeita aos investimentos, empréstimos, receitas próprias e despesas e condições de funcionamento, equacionando um conjunto apropriado de indicadores de gestão orçamental;
- 2) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, equacionando um conjunto apropriado de indicadores de gestão financeira apropriados à análise do balanço e da demonstração dos resultados;
- 3) Evolução das dividas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros, nos últimos cinco anos, individualizando as dividas a instituições de crédito das outras dividas a terceiros;
- 4) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- 5) Os factos mais relevantes ocorridos após o termo do exercício.

A terminar impõe-se referir ainda que, considerando a conjuntura económica em que o Município de Vouzela se encontrava no final de 2007, reconhecendo-se a importância dos desafios e das obrigações com que diariamente era e é confrontado, e consciente da necessidade urgente de reequilibrar as finanças municipais, foi proposta a realização de uma operação de saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e consolidação do seu passivo financeiro (cfr. art.º 40º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 e art.º 3º do Dec-Lei n.º 38/2008, de 7/03).

Da análise do estudo sobre a situação financeira da Autarquia verificou-se então que a origem do endividamento excessivo repentino, por isso, rápido e acidental (conjuntural), se ficou a dever aos investimentos estruturantes, em áreas como o abastecimento de água e saneamento, a rede viária, o desporto e a educação, que eram inadiáveis e, por isso, essenciais ao Município. Em 6 anos, realizou investimentos no montante de 27,09 milhões de euros, candidatou 17 projectos ao FEDER, num investimento elegível de 12,6 milhões de euros com um financiamento assegurado de 8 milhões de euros.

Mais, estes investimentos deveriam ter sido financiados à custa de empréstimos de M/L prazo, tendo assim em consideração uma regra que poderemos designar de Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo. Esta regra pressupõe a constante prática de uma política de financiamento, que consiste na permanente adequação do grau de liquidez das aplicações ao grau de exigibilidade dos fundos utilizados para o seu financiamento. Significa isto que a realização de um investimento, cujo

grau de liquidez é lento, não deverá ser feita com fundos exigíveis a curto prazo, mas sim com recursos financeiros que “permaneçam” na autarquia durante o tempo mínimo necessário para que sejam gerados os meios líquidos suficientes para fazer face ao respectivo reembolso. Este e outros pressupostos foram, a partir de 2003, substancialmente alterados pelas restrições impostas ao recurso a financiamento bancário por parte dos municípios, nos sucessivos Orçamentos de Estado.

Daqui, facilmente se constata que os atrasos das dívidas a fornecedores, resultaram da pressão feita pelos fornecedores de imobilizado. Se as primeiras são dívidas de funcionamento as segundas são dívidas de financiamento pelo que era aconselhável a sua substituição por empréstimos de médio e longo prazo.

Em face do exposto, a 12/12/2007, o Executivo Municipal apreciou e aprovou o Estudo relativo à situação financeira e respectivo Plano de Saneamento Financeiro, bem como a contracção de um empréstimo bancário para o efeito, que veio a obter a necessária aprovação por parte da Assembleia Municipal a 27/12/2007. O Município de Vouzela celebrou então um contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos a 09/01/2008, o qual veio a obter o necessário visto do Tribunal de Contas a 31/07/2008. A 20 de Agosto o Município pediu a libertação do montante de 7.000.000€, valor que aplicou integralmente no pagamento das dívidas a terceiros, tal como resulta do Plano de Saneamento Financeiro.

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

Procederemos de seguida à análise da execução e evolução da política orçamental seguida pelo Executivo Municipal, durante o ano económico de 2008. Esta análise desenvolver-se-á em três partes, a saber, Execução Orçamental, Execução das Grandes Opções do Plano, Indicadores de Natureza Orçamental.

2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

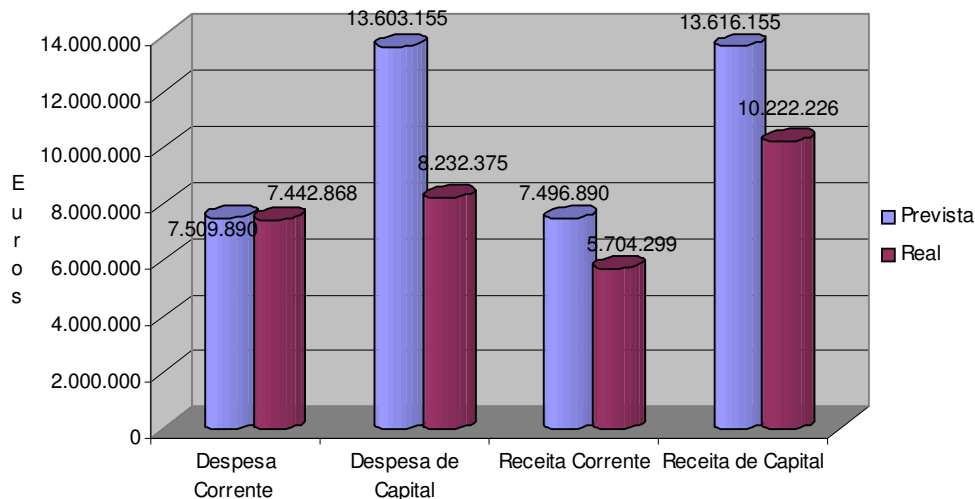
Ao nível da Execução Orçamental analisaremos a forma como evoluíram a Receita e a Despesa. Importa aqui referir que o desempenho verificado está intimamente associado ao Plano de Saneamento Financeiro aprovado.

Assim, em termos gerais, podemos dizer que a execução orçamental da receita atingiu um grau de execução de 75,44%, dos quais 76,09% a nível corrente e 75,10% em termos de capital. Donde se constata que o desvio entre a receita prevista e a realizada atingiu os 23,91% para a corrente e 24,90% para a capital.

Quanto à execução orçamental da despesa, esta atingiu em termos globais 74,24%, dos quais 90,11% a nível corrente e 60,12% em termos de capital. Daqui se depreende que o desvio entre a despesa prevista e a realizada atingiu os 9,89% para a corrente e 39,88% para a despesa de capital. Se em vez de atendermos à despesa paga tivéssemos em conta a despesa comprometida então o grau de execução registaria uma subida para 99,71% em relação à Despesa Corrente e 89,38% relativamente à Despesa de Capital.

Apresenta-se de seguida o gráfico 2.1.1 que evidencia os valores estimados e reais da receita e da despesa.

Gráfico 2.1.1
Despesa e Receita previstas/realizadas



2.1.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

Uma análise da evolução da receita Municipal permite-nos concluir que esta registou, em termos globais, um acréscimo de 92,06%. A receita corrente verificou um acréscimo de 3,01% e a receita de capital de 271,03%.

O acréscimo observado ao nível da receita corrente (3,01%) fica a dever-se fundamentalmente ao aumento dos Impostos Directos (6,51%) e dos Rendimentos de Propriedade (277,05%). As Transferências Correntes apresentam uma redução de 0,79% muito por força da retenção de 10% nos fundos municipais a que o Município está sujeito por incumprimento dos Limites de Endividamento Municipal de 2006 (61.233€) e das dívidas do Estado para com o Município. Recorde-se que aquando da elaboração do orçamento a previsão destas receitas (créditos do Município sobre o Estado) serviu para serem inscritas no orçamento da receita e reflectirem-se como contrapartida da despesa. Estão nesta situação os créditos provenientes das Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º CEB – 37.416,67€ e do Programa de Expansão e desenvolvimento do Pré-Escolar – 25.940,40€.

O aumento da receita de capital fica a dever-se ao crescimento verificado ao nível das Transferências de Capital – 26,84% e dos Passivos Financeiros com a contracção do empréstimo de Saneamento Financeiro.

Efectuaremos de seguida uma breve análise da Receita Corrente, no valor de 5.704.299€, onde destacamos as suas principais componentes e o seu peso:

- Impostos Directos (IMI, IMSV, IMT e CA) – 579.890€, que correspondem a 10,17%;
- Transferências Correntes – 3.685.345€, que correspondem a 64,61% e das quais se destacam, entre outros, a participação nos impostos do Estado (FEF - parte corrente, FSM e Participação Fixa no IRS) – 3.207.590€; Programa de Expansão Rede Escolar – 155.290€; Ensino do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular – 100.078€; Transportes Escolares – 32.382€ e Fundo Social Europeu – 58.540€;
- Venda de Bens e Serviços Correntes – 802.849€, que correspondem a 14,07%, onde realçamos as receitas provenientes do abastecimento de água ao domicílio – 247.750€, a exploração do Parque de Campismo – 215.144€, a Piscina Municipal – 46.344€, os Resíduos Sólidos 79.606€ e as rendas dos edifícios municipais – 35.463€, que corresponde a 14,07%. Se analisarmos a evolução desta rubrica com o ano 2007 constatamos que a mesma observa uma redução de 20,59%. Esta situação explica-se pela alteração ocorrida ao nível da classificação orçamental da receita proveniente da Renda de Concessão da EDP que passou a ser arrecadada pela rubrica “Rendimentos de Propriedade” por se considerar, salvo melhor opinião, mais correcto;
- Rendimentos de Propriedade – 504.811€, que correspondem a 8,85%, onde realçamos as receitas provenientes do Parque Eólico (145.359€) e da renda de concessão da EDP (352.676€).

Tudo o que acima foi exposto pode ser observado na Tabela 2.1.1.1 que se apresenta de seguida.

Tabela 2.1.1.1

Mapa da Evolução e Estrutura da Receita Corrente

(Em euros)

CAP	DENOMINAÇÃO DE RÚBRICAS	2004	2005	2006	2007	2008
01	IMPOSTOS DIRECTOS	344.519	442.401	434.207	544.434	579.890
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	10.435	13.926	15.110	11.553	12.458
04	TAXAS, MULTAS, OUTRAS	76.122	75.387	80.460	73.312	79.085
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES	8.619	5.127	39.524	133.886	504.811
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.388.171	3.521.015	3.420.091	3.714.830	3.685.345
07	VENDA BENS E SERVIÇOS	946.388	996.530	1.082.948	1.011.054	802.849
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	131.507	38.298	45.432	48.424	39.861
	SOMA.....	4.905.761	5.092.684	5.117.772	5.537.493	5.704.299

As Receitas de Capital (tabela 2.1.1.2), no valor de 10.222.226€, compreendem fundamentalmente:

- Transferências de Capital – 3.098.962€, que correspondem a 68,48%, salientando-se a participação no Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital) – 1.898.209€ e a Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados (FEDER) – 1.005.640€;
- Passivos Financeiros – 7.000.000€, que correspondem a 68,48%. Respeita ao empréstimo de saneamento financeiro contraído tendo em vista a reprogramação da dívida e consolidação do seu passivo financeiro (cfr. art.º 40º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 e art.º 3º do Dec-Lei n.º 38/2008, de 7/03).

Tabela 2.1.1.2

Mapa da Evolução e Estrutura da Receita Capital

(Em euros)

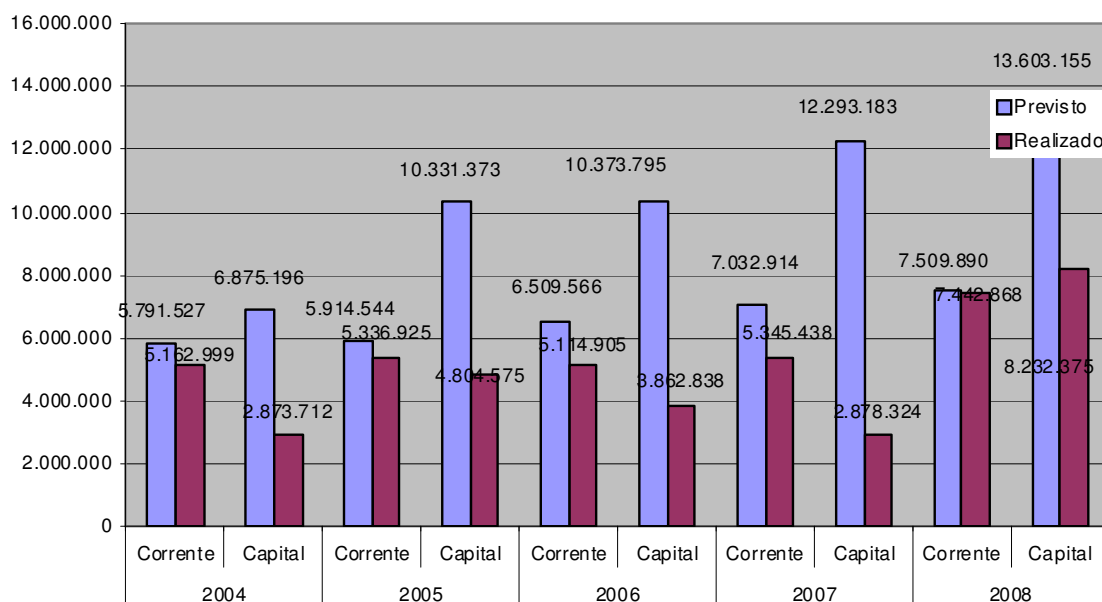
CAP.	DENOMINAÇÃO DE RÚBRICAS	2004	2005	2006	2007	2008
09	VENDA DE BENS INVESTIMENTO	75.800	73.822	145.306	196.875	34.303
10	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	2.484.545	3.977.018	2.925.222	2.443.246	3.098.962
12	PASSIVOS FINANCEIROS	578.055	1.066.192	742.806	0	7000000
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	1.450	3.500
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS PAGAMENTOS	13.684	1.452	6.926	2.051	16.588
16	SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR	60.394	81.528	151.196	111.494	68.873
	SOMA.....	3.212.478	5.200.012	3.971.456	2.755.116	10.222.226

2.1.2 ORÇAMENTO DA DESPESA

Da análise da Despesa Municipal verifica-se que 47,48% desta diz respeito à Despesa Corrente (7.442.868€) e 52,52% à Despesa de Capital (8.232.375€).

O gráfico 2.1.2.1 traduz a evolução das despesas correntes e de capital e os desvios verificados entre o previsto e o realizado.

Gráfico 2.1.2.1
Evolução da Despesa



No mapa seguinte podemos observar a evolução do orçamento da despesa quanto à sua estrutura económica (vide Tabela 2.1.2.2). Assim, ao nível da Despesa Corrente é de salientar o peso que cada uma das rubricas seguintes assume:

Tabela 2.1.2.2
Estrutura e evolução da despesa por natureza económica

(Em euros)

CAP.	DENOMINAÇÃO DE RÚBRICAS	2004	2005	2006	2007	2008
	DESPESAS CORRENTES					
01	Pessoal	2.572.177	2.695.741	2.722.562	2.956.541	3.188.413
0201	Aquisição de Bens	397.447	344.791	338.229	319.735	768.242
0202	Aquisição de Serviços	1.439.603	1.457.271	1.175.509	1.219.527	1.871.316
03	Juros e Outros Encargos	166.091	177.007	221.039	364.409	605.310
04/05	Transferências Correntes/Subsídios	587.122	661.743	648.696	474.329	984.691
06	Outras Despesas correntes	559	372	8.870	10.897	24.896
	SOMA.....	5.162.999	5.336.925	5.114.905	5.345.438	7.442.868

DESPESAS DE CAPITAL						
07	Investimentos	2.589.330	4.359.692	3.370.857	2.394.674	7.388.388
08	Transferências de Capital	60.005	114.751	70.267	35.213	388.514
09	Activos Financeiros	0	0	0	9.800	0
10	Passivos Financeiros	224.377	330.132	421.714	438.637	455.473
SOMA.....		2.873.712	4.804.575	3.862.838	2.878.324	8.232.375
TOTAIS GERAIS.....		8.036.711	10.141.500	8.977.743	8.223.762	15.675.243

- Despesas com Pessoal – 42,84%- (20,34% da despesa total). Relativamente ao ano anterior verifica-se um aumento de cerca de 7,84%. Contudo, uma análise mais detalhada permite-nos concluir que este aumento resulta fundamentalmente dos encargos com pessoal contratado a exercer funções no ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo, na sequência das delegações de competências do Estado (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e Programa de Generalização de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo), o subsídio de refeição, subsídio de férias, os encargos com a saúde e os encargos da entidade com a segurança social.
- Aquisição de Bens de Consumo Corrente – 10,32% - (4,90% na despesa total) ;
- Aquisição de Serviços – 25,14%, onde assumem particular importância os encargos de instalações 210.774€), os transportes escolares (501.998€) e a iluminação pública (178.158€) - (11,94% na despesa global) ;
- Transferências Correntes – 13,23%, onde se destacam os encargos com a Exploração de Sistema e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no valor de 787.167€ – (6,28% na despesa global);
- Encargos Financeiros – 8,13% – (3,86% na despesa global).

2.2 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Iniciaremos a análise deste ponto com a apresentação de uma tabela que nos evidencia a evolução do grau de execução anual do PPI.

Tabela 2.2.1

Evolução do Grau de Execução Anual do PPI

(Em percentagem)

ANOS EM ANÁLISE	2004	2005	2006	2007	2008
Grau de Execução do PPI	39,62	44,49	34,85	20,70	60,57

Apresentaremos de seguida a tabela 2.2.2 que traduz a evolução do PPI por classificação funcional.

Tabela 2.2.3

Estrutura e evolução do PPI por classificação funcional

(Em euros)

Objectivo	Designação	2004	2005	2006	2007	2008
1	Funções Gerais					
	Administração Geral	78.375	143.598	277.599	169.296	87.295
	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	9.148	187.213	215.879	301.386	805.365
2	Funções Sociais					
	Ensino Não Superior	110.537	318.361	369.957	127.135	668.725
	Serviços Individuais de Saúde	47.041	5.158	18.213	64.117	310.792
	Acção Social	42.224	25.983	685	0	822
	Habitação	0	0	0	0	0
	Ordenamento do Território	457.115	636.686	244.767	197.891	366.357
	Saneamento	102.958	92.062	73.501	18.475	277.602
	Abastecimento de Água	642.634	875.780	509.753	167.679	306.292
	Protecção Meio Ambiente e Cons.da Natureza	2.018	26.448	0	0	5.282
	Cultura	50.915	44.433	25.423	11.534	21.639
Desporto, Recreio e Lazer	63.677	123.746	36.016	19.081	23.015	

3	Funções Económicas					
	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	20.000
	Indústria e Energia	0	204.632	59.414	14.520	862.634
	Transportes Rodoviários	706.500	1.592.155	1.484.698	1.266.299	3.564.121
	Mercados e Feiras	120	460	0	0	0
	Turismo	276.070	82.976	54.953	37.260	68.448
	TOTAL	2.589.330	4.359.692	3.370.857	2.394.674	7.388.388

Podemos constatar que os programas que maior peso assumiram, durante a gerência de 20087, foram a Protecção Civil e Luta Contra Incêndios, o Ensino Não Superior, a Industria e Energia e os Transportes e Comunicações.

Ao nível do programa **PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS** verificamos terem sido pagos 805.365€, correspondente a um nível de execução anual de 79,63% e a 10,90% do investimento global.

Assume particular importância o projecto de Execução e Manutenção de Caminhos Florestais destacando-se:

- Caminho Florestal da Nogueira – Alcofra (2ª Fase) – 115.683,89€;
- Caminho Florestal de S. Barnabé – Alcofra – 115.174,21€;
- Caminho Florestal do Salgueiro – Cambra – 89.565,00€;
- Caminho Florestal da Tapada – Fataunços – 108.122,64€;
- Caminho Florestal de Carregal – Queirã – 65.626,32€;
- Plano Orientador da Serra da Manga – 98.159,25€.

Ao nível do programa **ENSINO NÃO SUPERIOR** verificamos terem sido pagos 668.725 €, correspondente a um nível de execução anual de 77,67% e a 9,05% do investimento global. Destaca-se o investimento nos Jardins de Infância de S. Miguel do Mato e Vouzela, no Edifício da Escola Profissional de Vouzela, bem como a aquisição de diverso equipamento administrativo para o Pré-Escolar e 1º CEB.

No respeitante ao programa **INDÚSTRIA E ENERGIA**, verificamos terem sido pagos 862.634€, correspondente a um nível de execução anual de 96,89% e a 11,68% do investimento global.

Assume particular importância a Zona Industrial do Monte Cavallo e as Ampliações Eléctricas no Concelho.

Ao nível do programa **TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**, verificamos terem sido pagos 3.564.121€, correspondente a uma execução anual de 56,71% e a 48,24% do investimento global.

Assumem particular importância os seguintes projectos:

- Rectificação da E.M. da E.R. 333-2 ao Acesso à A25
- Reparações de Estradas:
 - Troços de Confulcos, Tourelhe e Igreja – Cambra – 37.294,04€;
 - Passeios e Infraestruturas Gerais – Cambra – 77.928,06€;
 - Pavimentação do Caminho 1285-4 – Campia – 80.338,63€;
 - Pavimentação de Arruamentos em Queira – 93.280,12€;
 - Ligação entre o Nó de Joana Martins e a E.M. da Penoita – Ventosa – 40.309,00€;
 - Estabilização de Talude (Sampaio-Vouzela) – 11.048,80€;
- Variante de Cambarinho;
- Rectificação da E.M. de Moçâmedes à EM 337

A terminar a análise da execução do Plano Plurianual de Investimentos de 2008 não podemos deixar de referir, pela importância que o Executivo Municipal lhes tem atribuído, a política de **Delegações de Competências às Juntas de Freguesia do Concelho**.

Nestes termos, destacam-se as seguintes delegações de competências:

- Abastecimento de Água a Alcofra – 138.472,45€;
- Arruamentos em Alcofra – 15.000,00€;
- Rectificação da E.M. da E.R. 333-2 ao Acesso à A25 – Alcofra – 32.593,58€;
- Reparação de Estradas – Alargamento do Caminho Central da Meã – Alcofra – 1.372,47€;
- Caminho Central de Paredes Velhas – Cambra – 2.870,37€;

- Reparação de Estradas – Tourelhe, Cambra e Caveirós de Cima – Cambra – 156.970,99€;
- Estrada Municipal de Rebordinho ao Crasto – Campia – 70.000,00€;
- Caminho da Quinta – Campia – 2.980,72€;
- Reparação de Estradas - Caminhos de Cambarinho e Cercosa – Campia – 66.496,65€;
- Reparação de Estradas – Caminho Sra. das Neves – Figueiredo das Donas – 17.959,50€;
- Caminhos Florestais – Criação de zonas sem mato – Figueiredo das Donas – 4.500,00€;
- Pavimentação do Caminho do Moinho Velho – Fornelo do Monte – 20.000,00€;
- Pavimentação da Rua Nova – Vasconha – Queira – 16.197,50€;
- Reparação de Escolas – Arranjo exterior da Escola do 1º CEB de Caria – S. Miguel do Mato – 10.199,40€;
- Arranjos Urbanísticos – Construção de Açude com espelho de água – Ventosa – 25.000,00€.

Durante o ano 2008 manteve-se ainda:

- A “afecção” de funcionários da autarquia – auxiliares de serviços gerais e cantoneiros;
- Atribuição de um plafond em materiais de armazém para a realização de diversas obras.

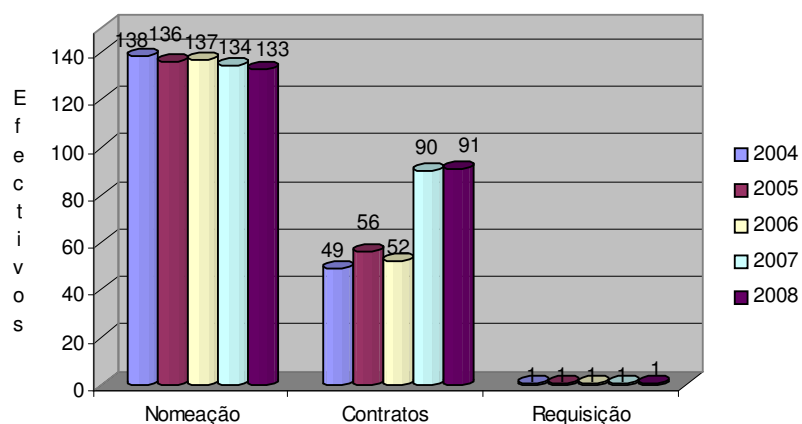
3. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A Gestão de Recursos Humanos, na Administração Pública, é fortemente determinada por um quadro legal específico que regula a organização dos serviços, as condições de ingresso e acesso dos funcionários, bem como a forma como o trabalho é prestado.

No gráfico 3.1.1 observa-se a evolução dos efectivos a prestar serviço nesta Autarquia segundo a relação jurídica de emprego.

Gráfico 3.1

Contagem de Efectivos em função da Relação Jurídica de Emprego



Da análise do gráfico podemos verificar que durante o ano de 2008 esta Autarquia dispôs de 225 colaboradores ao seu serviço. Destes 133 tinham nomeação definitiva, 91 tinham contrato de trabalho e 1 era requisitado.

Dos 225 colaboradores, 126 são do sexo masculino e 101 são do sexo feminino. A acrescer ao valor citado podemos ainda referir a existência de mais 2 colaborador em regime de avença (1 Professor de Educação Física e 1 Técnico Superior de Gestão Pública e Autárquica)

Em 2008 assistiu-se à redução do número de efectivos com nomeação definitiva em resultado dos seguintes fluxos: - saída de 2 colaboradores (1 por aposentação e 1 por falecimento); - entrada de 1 Técnico que se encontrava com contrato administrativo de provimento.

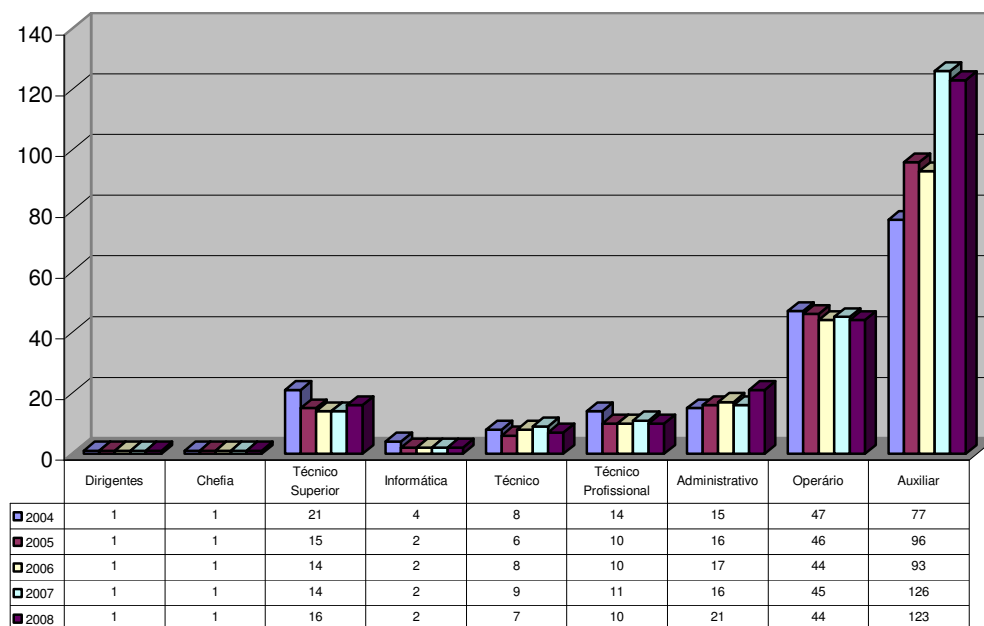
Dos 91 colaboradores com contratos de trabalho a termo certo 41 respeitam a pessoal auxiliar e cozinheiras a desenvolver funções no âmbito dos programas de expansão e desenvolvimento do Pré-Escolar e do fornecimento de refeições ao 1º CEB.

Nos gráficos seguintes procuramos caracterizar um pouco melhor o pessoal ao serviço da Autarquia.

O gráfico 3.2 reflecte a distribuição do pessoal pelos vários grupos profissionais durante os últimos cinco anos.

Gráfico 3.2

Distribuição de Efectivos por Grupos Profissionais

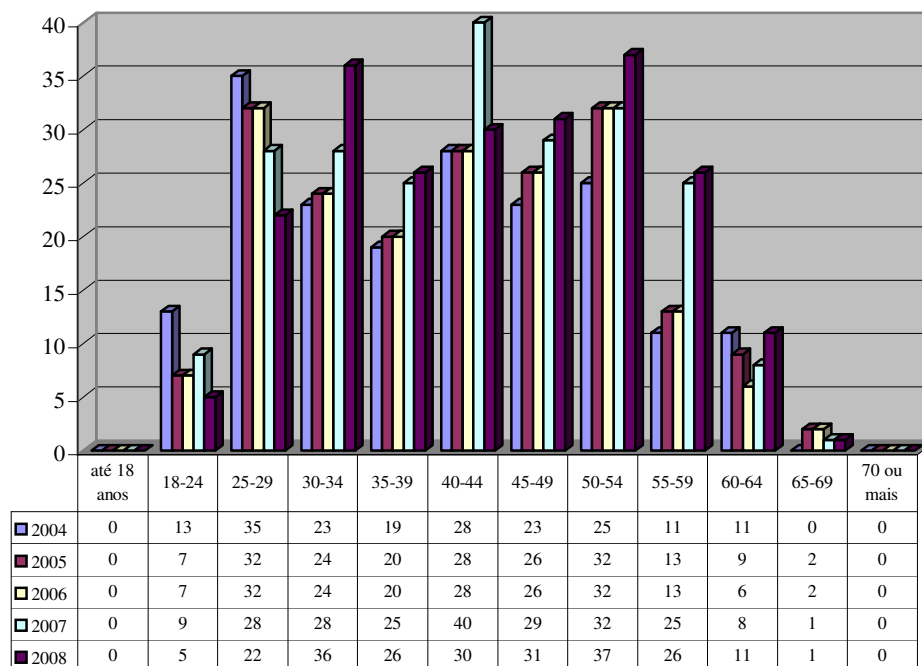


A análise do gráfico permite-nos concluir, como aliás seria de esperar, que os grupos onde existe maior densidade são o operário e auxiliar.

De seguida proceder-se-á à apresentação de uma tabela onde podemos observar a distribuição do pessoal por escalões etários.

Gráfico 3.3

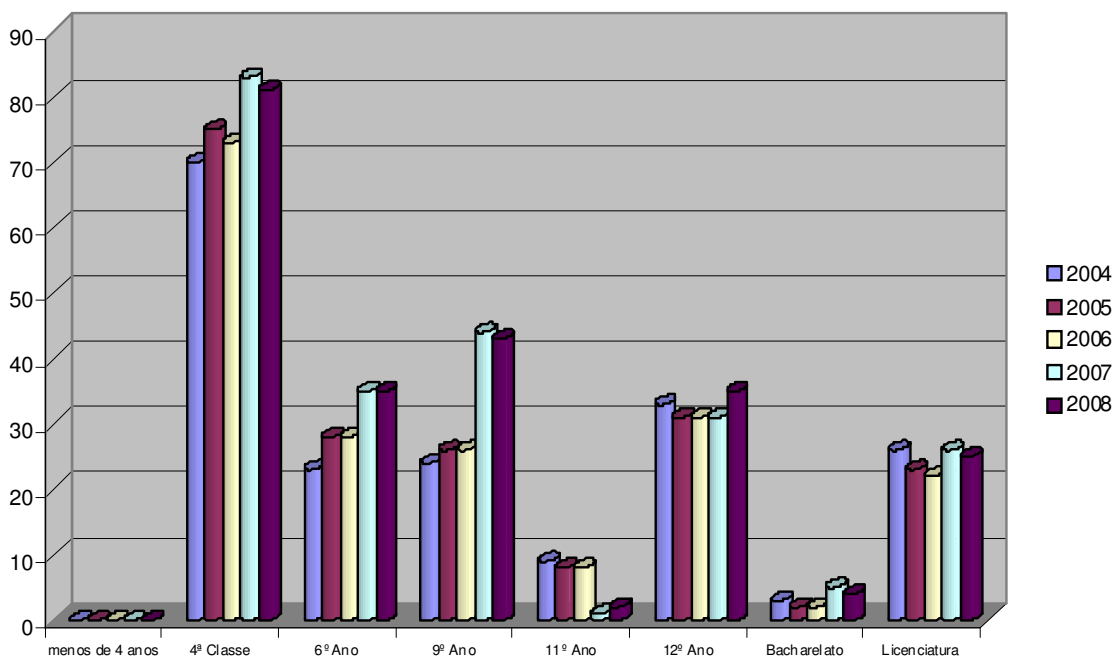
Distribuição de Efectivos por Escalões Etários



Verifica-se que a esmagadora maioria dos colaboradores se situa nos grupos etários entre os 30 e os 59 anos, com especial destaque para os intervalos 40-59 que abrange 55,2% dos colaboradores.

Apresenta-se de seguida o gráfico 3.4 representativo da estrutura habilitacional do pessoal a exercer funções nesta Autarquia.

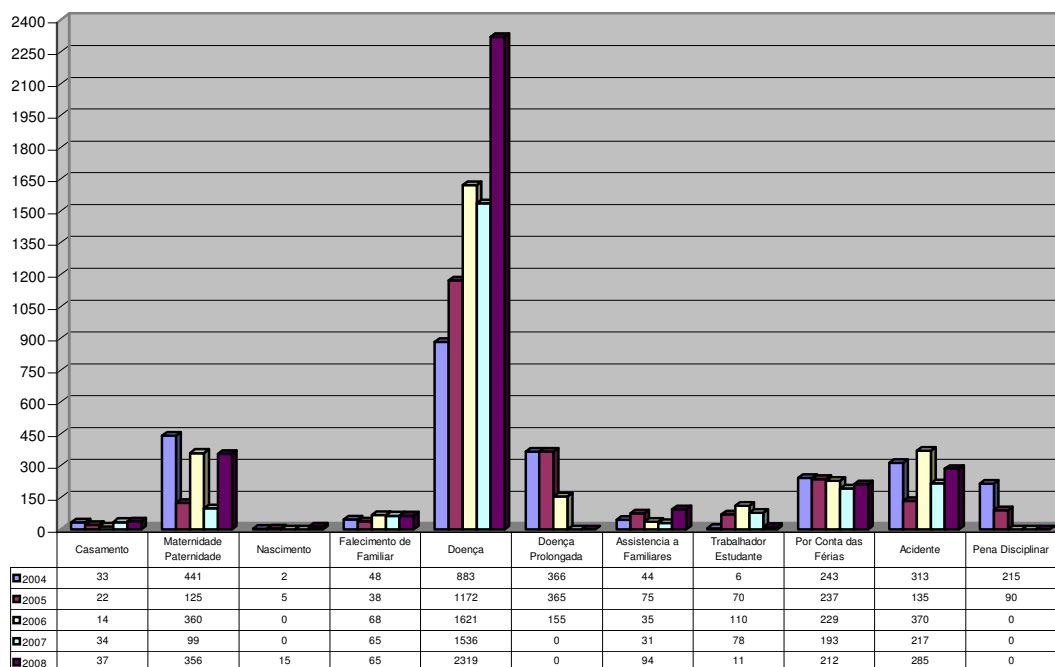
Gráfico 3.4
Estrutura Habitacional



Podemos, do gráfico anterior, retirar a conclusão que a faixa habitacional com a 4ª classe continua a ser muito significativa que é, aliás, fruto do peso que o grupo de pessoal auxiliar e operário têm na estrutura do Município.

Apresenta-se de seguida o gráfico 3.5 representativo do absentismo verificado ao longo do ano em análise:

Gráfico 3.5
Absentismo



Podemos então concluir que a principal causa de absentismo ao longo dos anos têm sido as faltas por doença.

A acção desenvolvida na área dos Recursos Humanos visou alcançar os objectivos apontados no PPI dando-se continuidade à gestão previsional assente numa correcta afectação dos funcionários e agentes às necessidades efectivas dos Serviços.

Adoptaram-se medidas inerentes à promoção do bem-estar, da protecção e segurança dos funcionários.

Alargaram-se as medidas conducentes à melhoria das condições de trabalho com dignificação e modernização das instalações e dos meios logísticos disponíveis.

Aposta clara na formação dos Recursos Humanos. Foi levado a cabo um plano de formação, financiado pelo Programa Foral, destinado à generalidade dos colaboradores nas seguintes áreas:

- Manutenção de piscinas;
- Projecções demográficas;
- Acess avançado

Verificou-se ainda a participação dos colaboradores noutras acções de formação promovidas por entidades externas (CEFA, Instituto de Formação Rodoviária, etc.).

- Novo Código da Contratação Pública;
- Sistema de Gestão de Pessoal e ADSE;
- Encontro Internacional de Protecção Civil;
- Formação Inicial de Motoristas de Transportes Colectivos e Crianças;
- Sistema de Tratamento de Actas.

A participação em acções de formação externa totalizou 1.120 horas, traduzindo-se numa participação média de 4,98 horas e num custo de 21,01€/funcionário.

4. INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL

A criação de indicadores servirá essencialmente à função de supervisão de gestão, permitindo a verificação, o acompanhamento e a informação de todos os actos de decisão tomados ao longo da actividade financeira, da execução do orçamento e das opções do plano.

4.1 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA - RECEITA

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores que nos permitem verificar o grau de cobertura global e estrutura da receita, com os quais pretendemos completar a análise orçamental efectuada no ponto 2.

Tabela 4.1
Indicadores de Gestão Financeira - Receita

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008	2008 a)
Cobertura das Despesas pelas Receitas	101%	101,5%	101,2%	100,8%	101,6%	102,9%
Cobertura da Despesa Total por Receitas Próprias	20,7%	17,05%	20,52%	24,6%	13,12%	23,71%
Comparação Receitas Próprias e Totais	20,5%	16,80%	20,3%	24,4%	12,91%	23,04%
Peso dos Fundos Municipais na Receita Total	60,1%	47,43%	54,8%	59,6%	32,06%	57,20%
Peso dos Impostos Directos na Receita Total	4,2%	4,3%	4,8%	6,6%	3,64%	6,50%
Peso dos Custos Financeiros na Receita Total	4,8%	4,9%	7,1%	9,7%	6,66%	11,88%
Peso das Transferências Comunitárias na Receita Total	6,3%	4,99%	8,96%	6,5%	7,77%	13,86%

a) Após retirar o efeito do empréstimo de Saneamento Financeiro

Pela análise dos indicadores de Gestão Financeira acima apresentados podemos, após retirar o efeito do empréstimo de saneamento financeiro, afirmar que:

- A receita total de 2008 cobriu integralmente a despesa total daquele ano, gerando um saldo para a gerência seguinte no valor de 251.280,88€;
- As receitas próprias representaram apenas 23,71% das despesas totais e constituíram 23,04% das receitas totais.
- Os Impostos Directos representaram 6,50% da receita total;

- As receitas provenientes dos Fundos Municipais Correntes e de Capital, em 2008, constituíram 57,20% da receita total;

Retirado o efeito do empréstimo de Saneamento Financeiro observamos resultados muito próximos dos verificados para o ano 2007.

4.2 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA - RECEITA

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores que nos permitem verificar o grau de cobertura global e estrutura da despesa, com os quais pretendemos completar a análise orçamental efectuada no ponto 2.

Tabela 4.2
Indicadores de Gestão Financeira - Despesa

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008	2008 a)
Peso do Pessoal na Despesa Corrente	49,82%	50,52%	53,23%	55,31%	42,84%	-
Peso do Pessoal na Despesa Total	32,0%	26,59%	30,33%	35,95%	20,34%	36,75%
Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total	22,9%	17,77%	16,86%	18,72%	16,84%	-
Peso dos Juros e Amortizações na Despesa Total	4,9%	5,0%	7,16%	9,76%	6,77%	12,23%
Peso do Investimento na Despesa Total	32,2%	42,99%	37,55%	29,12%	47,13%	-
Peso do Investimento na Despesa de Capital	90,1%	90,74%	87,26%	83,20%	89,75%	-
Relação entre Pessoal e Fundos Municipais Correntes	87,8%	90,24%	91,13%	95,52%	99,40%	99,40%

a) Após retirar o efeito do empréstimo de Saneamento Financeiro

A análise dos indicadores atrás apresentados permitem-nos constatar que:

- Os custos com pessoal assumiram em 2008 cerca de 36,75% da despesa total;
- Os custos com pessoal absorvem 99,40% dos Fundos Municipais Correntes;
- O peso do serviço da dívida tem vindo a aumentar ao longo dos últimos 5 anos, constituindo no ano em análise 12,23% da despesa total.

5. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Apresentamos de seguida uma breve resenha sobre a estrutura e a evolução da dívida de curto e de médio e longo prazo a terceiros nos últimos cinco anos, individualizando as dívidas a instituições de crédito das dívidas a terceiros.

5.1 DÍVIDA DE CURTO E DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Tabela 5.1.1
Evolução da Dívida a Curto Prazo

Em euros

Dívida a Curto Prazo	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida a Instituições de Crédito	0	0	0	0	0
Dívida a Terceiros	2.681.503	3.393.645	4.148.682	6.675.424	368.406

O mapa anterior permite-nos constatar que a dívida a terceiros de curto prazo é de 368.406€.

Quanto aos compromissos por pagar no final do ano são de 1.000.217€, destes 21.956€ referem-se a despesas correntes e 978.262€ a despesas de capital.

Tabela 5.1.2
Evolução da Dívida a Médio/Longo Prazo

Em euros

Dívida a Médio/Longo Prazo	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida a Instituições de Crédito	6.666.448	7.402.508	7.723.600	7.284.964	13.829.490
Dívida a Terceiros (Leasing Financeiro)	49.588	18.380	0	0	0
As. de Municípios do Planalto Beirão	257.503	232.154	216.313	189.048	171.654

A tabela anterior apresenta-nos o stock da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo no valor de 13.829.490€. Deste montante, 1.425.594€ dizem respeito a empréstimos excepcionados, e os restantes 12.403.896€ são empréstimos não excepcionados, entre os quais se encontra o empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.000.000€.

A dívida para com a Associação de Municípios é o resultado da responsabilidade assumida pelo Município nos empréstimos por esta contraídos. Esta responsabilidade é baseada no compromisso de investimento a efectuar pela Associação na área do Município.

5.2 ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 5.2.1 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 5.2.1
Indicadores Económico Financeiros

	2004	2005	2006	2007	2008
-FINANCEIROS					
Liquidez Geral	11%	10%	8%	4%	429%
Solvabilidade	129%	126%	429%	419%	360%
Autonomia Financeira	56%	56%	81%	81%	78%
-COBERTURA					
C.Permanentes/Imobilizado	81%	79%	90%	88%	84%
-FUNCIONAIS					
P.M. PAGAMENTOS	403	407	490	768	28
-ECONOMICOS					
CASH FLOW	1.086.618€	2.618.763€	1.302.081€	1.891.112€	2.357.526€
MEIOS LIBERTOS TOTAIS	1.211.747€	2.763.675€	1.469.472€	2.132.466€	2.405.701€

Constata-se, da análise do mapa anterior, que a capacidade do Município para solver os seus compromissos, melhorou significativamente.

Por outro lado face ao estabelecido pela LFL, o Endividamento Líquido em 2008, apresenta o valor de 4.767.886,7€, correspondendo a uma redução de 21,05%, face ao valor apurado pela DGAL em 2007, e a uma redução de 7,33% face ao valor previsto no Plano de Saneamento Financeiro conforme mapa abaixo, cumprindo assim o estabelecido no n.º 2 do artigo n.º 37 da lei n.º 2/2007.

Mapa 5.2.2
Endividamento Municipal

Em euros

Ano		Limite ao Endividamento			Endividamento			Capital em Dívida excepcionado	Montante em excesso		
		Líquido	MLP	CP	Líquido	MLP	CP		Líquido	MLP	CP
		1	2	3	4	5	6		7	8=1-4	9=2-5
2007	DGAL	6.766.884,2	5.413.507,4	541.350,7	12.806.014,5	5.983.226,1		1.490.785,4	6.039.130,3	569.718,7	
	DGAL Corrigido a)	6.766.884,2	5.413.507,4	541.350,7	12.806.014,5	12.983.226,1		1.490.785,4	6.039.130,3	7.569.718,7	-541.350,7
2008	Saneamento	7.809.872,5	6.247.898,0	624.789,8	12.954.667,0	13.070.061,6	502.285,0	1.427.256,4	5.144.794,5	6.822.163,6	-122.504,8
	Real	6.985.024,2	5.588.019,3	558.801,9	11.752.910,9	12.403.895,8	0,0	1.425.594,4	4.767.886,7	6.815.876,4	-558.801,9

a) A linha "DGAL corrigido" foi criada para efeitos de análise e comparabilidade dos montantes de endividamento em excesso, tendo sido considerados os efeitos do empréstimo de saneamento financeiro (7.000.000,00€)

6. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

De seguida efectuaremos uma análise à demonstração de resultados e ao balanço apreciando as principais rubricas e apresentando alguns rácios, quando tal se julgar oportuno, para uma melhor compreensão da situação económica e financeira da Autarquia.

O valor dos rácios apresentados terão que ser observados sempre com algumas cautelas pois convém nunca perder de vista as suas limitações.

6.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Procede-se de seguida à análise da Demonstração evidenciando os custos e proveitos que consideramos mais relevantes para os resultados obtidos.

6.1.1 RESULTADOS OPERACIONAIS

Pela análise dos custos e proveitos operacionais podemos constatar a existência de um Resultado Operacional negativo.

O Resultado Operacional ascendeu a -2.624.210,28€.

Para este valor muito contribuem os custos com “Fornecimentos e Serviços Externos”, que ascendem a 1.537.722,61€, traduzindo-se numa redução de 14,58% face ao ano anterior. Deste valor salientam-se os custos com Transportes Escolares 214.824,04€; Encargos com electricidade 203.960,59€; Combustíveis 147.585,16€ (destaca-se a aquisição de Gás para a Piscina Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo, Campo Municipal das Chãs e Parque de Campismo); Comunicações 91.652,99€ (Serviços Telefónicos e Postais); Encargos com pequenas despesas de reparação e conservação de viaturas, equipamentos, edifícios e outras construções 36.860,54€; Seguros 76.588,48€ e Alimentação 83.133,07€ - com especial relevo para a aquisição de produtos para as refeições do Pré-escolar e 1º CEB; Iluminação Pública 241.811,86€.

Também aqui não devemos esquecer o papel desempenhado pelas transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais – 327.076,37 €, ainda assim uma redução substancial face ao ano anterior (40,62%) e as amortizações do exercício no valor de 4.849.428,51€.

A estrutura dos custos operacionais revela ainda que os “Custos com Pessoal”, tal como já atrás foi referido, continuam a ocupar o maior peso relativo nos custos de exploração. Assim a Gestão de Pessoal, e atendendo a que a maioria dos custos com Pessoal são custos fixos, deve continuar a merecer uma especial atenção.

Ao nível dos proveitos operacionais são de salientar, para efeitos de análise, a venda de água (280.544,50€), a prestação de serviços (518.088,95€), os Impostos e Taxas (688.789,52€) e as Transferências e Subsídios Obtidos (5.820.475,39€) onde os Fundos Municipais desempenham um papel primordial.

6.1.2 RESULTADOS FINANCEIROS

Os Resultados Financeiros são negativos, no valor de 48.175,09€.

Do lado dos custos destacam-se os Juros Suportados (512.881€), relativos aos empréstimos a médio/longo prazo e os juros comerciais vencidos à data do saneamento e relativos a atrasos verificados nos pagamentos a fornecedores (191.662,92€).

Quanto aos proveitos financeiros destacam-se os rendimentos de imóveis, nomeadamente os proveitos provenientes da renda de concessão da EDP (443.036€) e do Parque Eólico do Caramulo (224.187€).

6.1.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários são positivos, no valor de 180.482,56€.

Do lado dos ganhos destacam-se os proveitos resultantes da venda de lotes da Zona Industrial do Monte Cavallo, os juros de mora e taxa de relaxe cobrados pelos atrasos no pagamento dos recibos de água, as reposições não abatidas aos pagamentos, o reembolso dos transportes escolares, as indemnizações por acidentes de trabalho e outros, mas sobretudo, o movimento dos

proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos, que ascendeu a 349.451,79€, transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

6.1.4 O RESULTADO LÍQUIDO

Os Resultados Líquidos do Exercício ascenderam a – **2.491.902,81€**.

Nestes termos, propõe-se que o valor do Resultado Líquido seja levado à Conta de Resultados Transitados de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.2 do POCAL.

Assim, atendendo a que o saldo da conta de Resultados Transitados apresenta um saldo negativo não haverá lugar à constituição/reforço do Património e de Reservas, dando-se assim cumprimento ao disposto no ponto 2.7.3.3 do POCAL.

6.2 BALANÇO

Procede-se de seguida à análise do Balanço evidenciando as rubricas do activo e do passivo que consideramos mais significativas.

6.2.1 ACTIVO

O “Imobilizado Bruto” registou um acréscimo de 1,94% face a 2007, fruto do investimento realizado durante o ano.

Se o valor das Existências se manteve praticamente constante, as Dívidas de terceiros de curto prazo apresentam, um valor muito superior ao previsto. Essas dívidas de curto prazo são, não só, dívidas de clientes, resultantes de atrasos no pagamento dos consumos de água, mas também, dívidas do Estado (na subrubrica outros) para com o Município. Estamos, neste caso, perante **créditos sobre terceiros** – créditos **certos e firmes** - que sustentaram despesa pública e custos patrimoniais correspondentes aos investimentos realizados, que foram registados, por

contrapartida da conta de Proveitos diferidos, em obediência ao princípio contabilístico da especialização dos exercícios do POCAL. Recorde-se que aquando da elaboração do orçamento a previsão daquelas receitas serviu para, na óptica orçamental, serem inscritas no orçamento da receita e reflectirem-se como contrapartida da despesa. Estão nesta situação:

- 1- Projectos financiados por fundos comunitários – 187.802,56 €;
- 2- Protocolos de Cooperação Técnica e Financeira – 944.071,98€;

A rubrica “Disponibilidades” observa o valor de 304.650,39€, dos quais 251.280,88€ relativos à execução orçamental e 53.369,52€ a Operações de Tesouraria. Este valor é contudo inferior ao que seria de esperar fundamentalmente devido ao facto do Estado não ter solvido, atempadamente, os compromissos relativos a transferências provenientes de Fundos Comunitários e protocolos de cooperação técnica e financeira que assumiu com o Município de Vouzela.

Os “Acréscimos e diferimentos”, no valor de 507.437€, referem-se a “Acréscimos de proveitos” – 467.253€ e “Custos diferidos” – 40.184€. A rubrica “Acréscimos de proveitos” refere-se aos proveitos a registar no próprio exercício, mas cuja receita só se realizará no exercício seguinte. Estão nesta situação:

- 1- Projectos financiados por fundos comunitários - 149.901,08€;
- 2- Delegações de competências da Administração Central – 63.357,07€;
- 3- Outras situações (Renda de concessão da EDP, Parques Eólicos, etc.) – 253.994,79€.

6.2.2 PASSIVO

As “Dívidas a terceiros de médio longo prazo, que reflectem, como já atrás foi referido, o stock da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo. Deste montante de dívida, 1.425.594€ diz respeito a empréstimos excepcionados, e os restantes 12.403.896€ são empréstimos não excepcionados, entre os quais se encontra o empréstimo de saneamento financeiro no valo de 7.000.000€.

O Município passou a praticar um prazo médio de pagamento a fornecedores que ronda os 24 dias (= < 30 dias).

A conta passiva de “Acréscimos e diferimentos”, no valor de 7.202.345€, apresenta um acréscimo significativo. Uma parte diz respeito a “Proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos”, no montante de 6.502.354,22€, que serão movimentados numa base sistemática para a respectiva conta de proveitos, à medida que sejam contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, e a outra parte relativa a “Acréscimo de custos”, no valor de 699.990,73€, tem por base os encargos com férias, os juros a liquidar respeitantes a empréstimos bancários, os encargos com a segurança social dos funcionários públicos e do regime geral, e ainda outros custos de peso menos significativo, tais como, a electricidade e as comunicações do mês de Dezembro.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Atendendo a que o Resultado Líquido do Exercício é negativo propõe-se apenas a sua transferência para a conta de “Resultados Transitados”, não havendo, face ao disposto no ponto 2.7.3.3, lugar à constituição/reforço do Património e de Reservas.

8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício verificaram-se os seguintes factos dignos de relevo:

- Celebração do contrato de empreitada referente à obra de “Requalificação/Ampliação da EB1 de Vouzela;
- Contratação de empréstimo bancário para a realização da empreitada “Variante de Cambarinho.